



PCH VLAE DAS BOTAS (Lote 2C)

PARECER SOBRE O ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL –
PROJECTO DE EXECUÇÃO

ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO DOCUMENTO
QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza

11 DEZEMBRO de 2012

No âmbito do presente processo de consulta pública, a QUERCUS manifesta o seu desagrado relativamente à informação que é disponibilizada para consulta on-line. Esta é manifestamente insuficiente para que os cidadãos possam avaliar as implicações do projecto de forma correcta e imparcial, na medida em que o resumo não técnico se apresenta-se como um documento exageradamente simplista, desprovido de um conteúdo informativo explícito. Também não se compreende a dificuldade da APA em disponibilizar todas as peças do EIA e respectivos anexos, da mesma forma que é efectuada, por exemplo, pela CCDR do Alentejo.

Analisando o RNT, e começando desde logo pelos principais aspectos que são referidos como justificativos do interesse do projecto da PCH de Vale das Botas, é referido como mais valia, e passamos a citar a “criação de uma reserva de água com os benefícios que lhe estão associados.” Como poderá este aspecto ser uma mais valia inerente ao presente empreendimento, quando no mesmo estudo é referido que a montante da área do projecto existe degradação da qualidade da água, que poderá estar associada às descargas da ETAR de Coja, embora exista uma melhoria a jusante do projecto. Depreende-se que, se no actual momento existe um problema de qualidade da água, a instalação de um represamento, e consequentemente um sistema lântico, implicará num agravamento da qualidade da água, desrespeitando a aplicação da Directiva-Quadro da Água (DQA), transposta para Portugal através da Lei da Água (Lei 58/2005, de 29 de Dezembro).

Relativamente às características ecológicas da bacia em questão, nomeadamente ao nível da flora, é dado um elevado ênfase à existência de espécies exóticas no que concerne à paisagem vegetal da região, não tendo sido dada relevância à existência de habitats ripícolas de conservação prioritária, nomeadamente o 91E0* Bosques ripícolas de *Alnus glutinosa*, com estatuto de protecção legal segundo a Directiva 92/43/CEE (Anexo I) e Decreto-Lei n.º 49/2005 (Anexo B-1).

Quanto à fauna, segundo o estudo esta é dominada por espécies comuns, não se tendo verificado, nos levantamentos de campo realizados, qualquer espécie de fauna com especial interesse de conservação. É ainda referido que ao nível das

espécies de peixes são dominadas pela boga, pelo bordalo, e pelo barbo, com menor representatividade surgem o escalo do Norte, o ruivaco e a panjorca. Neste âmbito não é dada a devida relevância à ictiofauna na medida em que estamos na presença de endemismos lusitanos, como é o caso do Ruivaco (*Achondrostoma oligolepis*), e endemismos ibéricos, como o Barbo-comum (*Luciobarbus bocagei*), a Boga (*Pseudochondrostoma polylepis*), o Bordalo (*Squalius alburnoides*) e o Escalo do Norte (*Squalius carolitertii*), cujo principal factor de ameaça à sua sobrevivência prende-se com a instalação de estruturas transversais que provocam descontinuidade nos cursos de água. Excluindo o Escalo-do-Norte, as restantes espécies estão enquadradas pela Directiva 97/62/CE. É também de referir a provável existência de Toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), em estado de conservação vulnerável, segundo o Livro Vermelho dos Vertebrados, também muito sensível à fragmentação do habitat e à instalação de meios lânticos.

Outro aspecto relevante, tal como é referido no estudo, ao longo da albufeira a criar existem áreas pertencentes à REN sob a classificação de Áreas com Risco de Erosão e Áreas de Máxima Infiltração. Este é um aspecto de elevada relevância dado o contexto de localização do empreendimento. É necessário ter em atenção que a elevada fluutuabilidade no nível de água da albufeira ao longo do ano, para além da que existe diariamente, impossibilita a instalação de uma estrutura arbustiva e arbórea que ajude a estabilizar as encostas, pelo que tenderão a potenciar-se os fenómenos erosivos. Por outro lado, é importante ter em conta que as encostas, constituídas essencialmente por matos, numa das regiões do país mais fustigadas pelos incêndios, promoverão, na época das chuvas, um elevado aporte de sedimentos e matéria orgânica para os cursos de água. Este aspecto não se encontra devidamente acautelado, pelo que não terão sido contabilizadas as suas implicações na qualidade da água para diversas utilizações humanas, assim como para a sobrevivência de fauna, nomeadamente ictiofauna na albufeira.

É também referido no estudo, e passamos a citar que a “área a inundar, dado o perfil no leito do rio, tem uma pequena expressão na expansão das margens, sendo a área da albufeira não muito superior à da actual superfície criada pela superfície livre da corrente e de vários antigos açudes existentes no troço a inundar”. Ficamos perplexos quando no estudo se procura equiparar o impacto inerente à área de inundação resultante da instalação de um açude de 13,5m de altura, com o que está associado aos diferentes açudes antigos, cuja altura não deverá ultrapassar os 2 metros de altura, e cujo impacto na conectividade do curso de água não é de forma alguma comparável.

Assim, depreende-se que os autores do estudo consideram que a instalação de um açude com cerca de 13,5 metros de altura e conseqüente regularização do caudal, originarão um impacto negativo de magnitude reduzida. Esta visão é, na nossa óptica, muito redutora. Estamos perante uma estrutura que deve ser vista não como algo isolado mas sim com um efeito cumulativo, dada a existência de estruturas similares construídas e/ou projetadas para a mesma bacia. Neste sentido, não basta afirmar que como medida de minimização será construída

uma escada de peixes, com uma tipologia similar à maioria das estruturas que têm sido construídas em empreendimentos semelhantes para permitir essencialmente a passagem de ciprinídeos. É fundamental compreender a funcionalidade da mesma, avaliando a eficácia real deste tipo de dispositivos, assim como avaliar e monitorizar o impacto na evolução populacional das espécies de ciprinídeos que dela dependerão para a migração anual. A Quercus expressa sérias reservas quanto à eficácia real destes dispositivos, ainda para mais com um paredão com cerca de 13,5 metros de altura. Assim, tal como preconizámos num passado recente, os paredões deverão atingir um máximo de 3 metros de altura, de forma a diminuir em grande medida os impactos negativos decorrentes da descontinuidade ecológica, possibilitando a instalação de dispositivos de passagem de peixes que possam garantir a continuidade da migração anual.

Dada a importância dos efeitos cumulativos, em ponto algum é feita uma ponderação sobre o impacto da provável introdução de espécies exóticas na sobrevivência das espécies autóctones num futuro próximo. Será importante monitorizar o surgimento ou não das mesmas neste pequeno curso de água, e adotar medidas de permitam minimizar os impactos daí decorrentes.

Ainda ao nível da minimização do impacto decorrente da instalação deste empreendimento, caso a infra-estrutura seja instalada, o que nossa opinião seria uma decisão política errada, é fundamental que a destruição do habitat ripícola seja efetivamente compensada, não com uma vaga preservação da vegetação ribeirinha, mas sim com a sua restauração através da melhoria do corredor ripícola ao longo de toda a área de concessão e com um efectivo controle das espécies exóticas invasoras, de forma a incrementar a qualidade do habitat em questão e a minimizar os impactos negativos.

Outra questão na qual temos sérias reservas, é a que respeita ao caudal ecológico, dado que é referido que em termos hidrológicos o rio é caracterizado por uma variação muito elevada no seu caudal, com um caudal muito baixo no verão e um caudal muito elevado no inverno. Depreende-se que existirá uma enorme dificuldade em manter um caudal mínimo aceitável para a sobrevivência da fauna associada ao referido curso de água em anos de baixa pluviosidade, sem colocar em risco a rentabilidade económica da infra-estrutura. Embora seja referido que o açude é de características galgáveis, esta característica por si só não garante que o desejável caudal de inundação do troço a jusante se verifique sempre, dado que o mesmo depende não só da variação de pluviosidade como também da utilização da água para produção de energia. É de todo pertinente que os valores em questão sejam reavaliados, com a inclusão de descargas de fundo que permitam manter as características do caudal actualmente existente, fundamental para salvaguardar a composição florística e faunística aí presente e impedir a fragmentação de habitats e a sua artificialização.